

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIAS

ANDRÉ FELIPE FERREIRA OLIVEIRA

O ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DESPORTIVO:
uma análise da obstaculização da garantia constitucional nas competições
profissionais de futebol no Brasil

SANTA RITA — PB

2017

ANDRÉ FELIPE FERREIRA OLIVEIRA

O ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DESPORTIVO:
uma análise da obstaculização da garantia constitucional nas competições
profissionais de futebol no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Monografia apresentado em cumprimento à exigência da Resolução/CCGD 002/2013 do Colegiado do Curso De Graduação em Direito do CCJ/UFPB para obtenção do grau de bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Ms. Ulisses da Silveira Job

Oliveira, André Felipe Ferreira.

- O48a O acesso à justiça no Direito Desportivo: uma análise da
obstaculização da garantia constitucional nas competições profissionais
de futebol no Brasil / André Felipe Ferreira Oliveira – Santa Rita, 2017.
54f.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.
Orientador: Profº. Me. Ulisses da Silveira Job.
1. Direito Desportivo. 2. Justiça Desportiva. 3. Acesso à Justiça.
4. Estatuto do Torcedor. I. Job, Ulisses da Silveira. II. Título.

BSDCJ/UFPB

CDU – 34:796

ANDRÉ FELIPE FERREIRA OLIVEIRA

O ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DESPORTIVO:
uma análise da obstaculização da garantia constitucional nas competições
profissionais de futebol no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Monografia apresentado em cumprimento à exigência da Resolução/CCGD 002/2013 do Colegiado do Curso De Graduação em Direito do CCJ/UFPB para obtenção do grau de bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Ms. Ulisses da Silveira Job

Aprovado em: ____/____/____.

Nota: _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Ulisses da Silveira Job (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

2º Membro da Banca Examinadora
Universidade Federal da Paraíba

3º Membro da Banca Examinadora
Universidade Federal da Paraíba

SANTA RITA — PB

2017

AGRADECIMENTOS

Foram cinco anos de caminhada até chegar ao presente momento. Um caminho de muitas lutas, dificuldades, alegrias, tristezas, mas sempre com a certeza de batalhar pela profissão que sempre sonhei.

Agradeço, primeiramente, a Deus, meu Senhor e criador, que me deu saúde e forças em todos os momentos desde o ingresso até o final da minha graduação. Não poderia deixar de agradecer também a Nossa Senhora, que foi a intercessora responsável por tornar essa conquista possível.

A minha família, a minha mãe Maria Alves, ao meu pai Francisco de Assis, a minha irmã Ana Paula e a minha tia Alsilene, pelo apoio, amor e carinho incondicionais em todos os momentos da minha vida, cito em especial o ocorrido durante a minha graduação.

A minha amada Isabely, por toda a paciência, apoio, carinho e amor, que fazem com que as minhas dificuldades sejam mais fáceis de superar.

Ao Departamento de Ciências Jurídicas, que me deu a formação profissional necessária para seguir minha profissão.

Ao meu orientador Ulisses Job por todo o acompanhamento e ensinamentos dados durante a minha graduação, em especial na realização desse trabalho monográfico.

E aos meus amigos por sempre estarem ao meu lado, fazendo com que minhas derrotas e conquistas sejam melhores de ser vividas.

RESUMO

O presente trabalho monográfico analisa, diante do cenário do esporte brasileiro, a promoção do direito de acesso à Justiça, consagrado no Art. 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil, tendo como objetivo principal discutir a desconformidade das punições impostas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) aos times de futebol em razão dos próprios ou de seus torcedores ingressarem na Justiça Comum, mesmo depois de respeitados os requisitos impostos pelo Art. 217, § 1º da Constituição Federal. Para isso, será feita a análise de como a Justiça Desportiva vem sendo tratada no Brasil, indo desde a análise de artigos do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, passando pelo regulamento interno dos campeonatos organizados pela CBF que encontram consonância com as normas da FIFA, até o estudo de como a imposição dessas normas impedem o direito de ingresso na Justiça Comum dos clubes e torcedores. Outro ponto abordado será o da obrigatoriedade da utilização do Tribunal Arbitral do Esporte para julgar causas de competições organizadas pela CBF, o que, como será demonstrado, retira dos clubes e torcedores o direito constitucional de acesso à Justiça. Também será abordada a legitimidade do torcedor em ingressar com demandas judiciais que envolvam seus clubes, haja vista que o Estatuto do Torcedor criou essa possibilidade ao comparar o torcedor a um consumidor, sendo tanto os clubes quanto a CBF responsável por proporcionar um espetáculo justo. Por fim, serão apresentados estudos de casos que demonstram a coação imposta aos torcedores e clubes que ingressem na Justiça Comum para pleitear causas de Direito Desportivo e a forma como a Confederação Brasileira de Futebol flexibiliza a utilização das normas do Código Brasileiro de Justiça Desportiva de acordo com os seus interesses, causando insegurança jurídica na seara esportiva, a fim de contribuir para a discussão da valorização das causas desportivas na esfera jurídica e colaborar com a promoção de segurança jurídica não só no âmbito desportivo, mas também nas áreas correlatas do Direito.

Palavras chave: Justiça Desportiva. Acesso à Justiça. Estatuto do Torcedor.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	O ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO DO DIREITO DESPORTIVO.....	09
	2.1 O DESPORTO.....	09
	2.2 O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO.....	13
	2.3 O ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DESPORTIVO.....	15
3	<i>MODUS OPERANDI</i> DA JUSTIÇA DESPORTIVA NO BRASIL.....	19
	3.1 ESTRUTURA DA JUSTIÇA DESPORTIVA NO BRASIL.....	19
	3.2 ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS NA JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA.....	23
	3.3 O TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE VERSUS O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA	29
	3.4 O ESTATUTO DO TORCEDOR: LEI Nº 10.671/03.....	32
4	CASOS CONTROVERSOS ACERCA DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL.....	37
	4.1 A COAÇÃO AO TORCEDOR DO INTERNACIONAL/RS LEANDRO KONFLANZ POR TER INGRESSADO NA JUSTIÇA COMUM.....	37
	4.2 DISPUTA ENTRE O RIO BRANCO/AC E O TREZE/PB ACERCA DE EXPULSÃO DE CLUBE POR UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA COMUM.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

O Direito estuda as mais diversas áreas do conhecimento, abrangendo as relações humanas em toda e qualquer situação que envolva o fato jurídico ou a violação das garantias inscritas na lei. No âmbito do Direito Desportivo não é diferente, tanto que a Constituição, expressamente, em seu Art. 217 tratou diretamente do assunto, reconhecendo a existência da Justiça Desportiva em âmbito administrativo e abrindo possibilidade para que causas que envolvam o esporte possam ser julgadas pela Justiça Comum.

O esporte é de extrema importância na vida da humanidade e tem relevância na medida que, além de ser responsável por promover o lazer das pessoas, tem papel de destaque na preservação ou tratamentos de saúde e na retirada dos jovens do mundo dos crimes.

Mas, ademais dessas esferas, é certo que o esporte e o Direito estão ligados, pois, como dito, qualquer relação que envolva a supressão ou a busca por direitos, será tutelado por nosso ordenamento jurídico, incluindo-se aí as relações jurídicas decorrentes da profissionalização do esporte, seja por sua exploração comercial pelas empresas, clubes e outras organizações, seja pelos torcedores e interessados individuais no desenvolvimento dessas atividades.

Dito isso, neste trabalho será abarcada a consolidação da Justiça Desportiva no Brasil investigando, especificamente, a promoção do direito de acesso à Justiça frente às regulamentações específicas observadas no âmbito dessa Justiça especializada — especificamente no que diz respeito ao futebol —, buscando analisar como a oposição de regras privadas de obstaculização do acesso dos interessados à Justiça Comum implica em conflito com a legislação vigente e pode denotar, até mesmo, clara disposição inconstitucional.

Nesse sentido, a determinação de uso de instâncias administrativas supranacionais como condicionante para ingresso na via judicial e a imposição do uso de corte arbitral de modo a tornar as decisões firmadas pela Justiça Desportiva terminativas e irrecorríveis incorre, por parte das Confederações Nacionais e Internacionais que regulam o desenvolvimento profissional da modalidade, em confronto com a legislação existente, pondo em xeque a garantia constitucional do acesso à Justiça, tanto para clubes como para

interessados alheios aos regulamentos, por meio de coações morais certamente inadequadas.

Isso posto, vê-se a necessidade de esclarecimento das relações jurídicas no meio desportivo, não somente a fim de buscar a concretização de uma garantia, mas também de oferecer um sistema mais justo e seguro para a evolução das relações jurídicas nascidas do desporto.

A problemática que se apresenta é, portanto, a ocorrência de violações, obstaculizações ao acesso à Justiça Comum no âmbito da Justiça Desportiva especializada no futebol brasileiro e suas conseqüências para os interessados. Essa análise justifica-se pela manipulação dos direitos dos clubes, torcedores e quaisquer envolvidos nessas esferas que necessitem garantir a observância de seu direito e que para que haja essa concretização, desejem optar por uma via judicial isenta e segura, que represente uma decisão terminativa e executável.

O trabalho que irá ser desenvolvido tem natureza de pesquisa de Direito Desportivo relacionado com o Direito Constitucional, considerando-se, ainda, a legislação ordinária que versa sobre o tema e as regulações particulares aplicáveis à espécie. A análise será desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, identificando os diferentes comportamentos da concretização do acesso à Justiça nas causas desportivas relacionadas ao futebol no Brasil, utilizando-se de uma técnica descritiva e explicativa, à medida que relaciona as variáveis do caso concreto com as previsões teóricas e legislativas.

O procedimento técnico adotado será prioritariamente de pesquisa bibliográfica e documental, com o levantamento dos entendimentos já firmados em torno da área estudada, a despeito da diminuta produção acadêmica acerca do assunto, bem como a identificação de lacunas. Firmar-se-á, ainda, preferência pelo método dedutivo e racionalista, comparando as hipóteses legais e doutrinárias à realidade fática apresentada, além de utilização do método interpretativo para estender as soluções encontradas aos problemas e questionamentos levantados.

O estudo proporá, pois, decompor as hipóteses de imposição de regras e sanções determinadas nas competições de futebol profissional no Brasil, para que se possa avaliar a compatibilidade ou não dessas normas com a concretização da garantia de acesso à justiça.

Nesse sentido, buscar-se-á, através do estudo da doutrina especializada e, especialmente, da cobertura de imprensa e dos casos concretos que

evidenciam o funcionamento da Justiça Desportiva no Brasil, a análise da importância da valorização do desporto enquanto esfera jurídica, bem como do funcionamento e estrutura do aparelho administrativo que a integra, além de investigar as hipóteses de imposição de obstáculos no exercício do direito de ação nessa esfera e como atingem tanto os clubes como os demais interessados.

Além disso, far-se-á necessária a investigação de casos concretos que demonstram situações conflitantes acerca da violação do acesso à Justiça e da impropriedade das regulamentações privadas interpostas pela Confederação Brasileira de Futebol, de modo a verificar o impacto desses casos na esfera de direitos dos interessados e, também, as consequências dessas irregularidades na promoção — ou no abalo — da segurança jurídica relacionada a esse campo.

Nesse sentido, o objetivo será identificar a imposição de sanções e coações impróprias e fundamentalmente inconstitucionais aos clubes, buscando, ao fim, contribuir para a discussão da valorização das causas desportivas na esfera jurídica que não vem sendo suficientemente debatida na academia e colaborar para a produção acadêmica que trata da promoção do acesso à Justiça, independentemente da causa pleiteada, haja vista a importância da garantia constitucional à jurisdicionalização dos conflitos e a promoção de segurança jurídica não só no âmbito desportivo, mas também nas áreas correlatas do Direito.

2 O ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO DO DIREITO DESPORTIVO

Visando iniciar esse estudo acerca do direito de acesso à Justiça no âmbito desportivo, faz-se necessário analisar, por um lado a abrangência do conceito de desporto e sua relevância jurídica e, por outro, compreender a instituição da garantia do acesso jurisdicional no ordenamento brasileiro.

Numa compreensão conjunta desses conceitos, será possível identificar a existência de normas conflitantes, inclusive no texto da própria Constituição Federal e do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, capazes de representar obstáculos à concretização do acesso à justiça e suas conseqüências. A partir daí poderemos nos concentrar em analisar as conseqüências dos obstáculos impostos pela própria.

É em razão de tais conflitos e limitações normativas que se procede o presente estudo, haja vista que tal problemática é alvo de controvérsia no âmbito acadêmico, com a apresentação de duas correntes doutrinárias: a primeira defende a inexistência de incompatibilidade entre os dispositivos que apresentam obstáculos e a garantia constitucional; enquanto a segunda sustenta que o antagonismo entre os dispositivos não pode se sobrepor ao direito de acesso à justiça.

2.1 O DESPORTO

Na acepção gramatical do termo, segundo o dicionário Luft, a palavra desporto é sinônima de esporte, sendo definida nos seguintes termos:

Esporte s.m. 1. Prática metódica de exercícios físicos; desporto. 2. Divertimento; distração.¹

A atividade física, em especial a prática de esportes, tornou-se fundamental na vida do ser humano, assim como o acesso à alimentação, à formação intelectual, à saúde, à educação, entre outras necessidades básicas do nosso organismo e desenvolvimento pessoal.

Explicam Emmanuel Gomes Ciolac e Guilherme Veiga Guimarães em seu artigo intitulado “Exercício físico e síndrome metabólica”, que a prática de

¹ LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. 20ª edição. São Paulo: Atica, 2007, p. 298.

exercícios físicos traz uma série de benefícios ao ser humano, sendo um importante aliado na prevenção de doenças crônicas, vejamos:

No que tange ao aspecto biológico, o esporte pode trazer uma série de benefícios fisiologicamente comprovados aos seus adeptos. Com a prática desportiva regular é possível haver uma promoção da saúde, diagnosticada em praticamente todos os sistemas do corpo humano, por isso essa prática tem sido recomendada para a prevenção e reabilitação de doenças cardiovasculares e outras doenças crônicas por diferentes associações de saúde no mundo. O exercício físico apresenta efeitos benéficos na prevenção e tratamento da hipertensão arterial, resistência à insulina, diabetes, dislipidemia, obesidade, complicações cardiorrespiratórias, além de várias outras patologias.²

Entretanto, a importância do esporte na sociedade moderna transcende os benefícios pessoais da mera prática de exercícios. Com efeito, a indústria desportiva tem grande relevância social e econômica, sendo área de atuação de grandes empresas, em especial os clubes, de modo que as atividades esportivas geram, de fato, relações sociais com expectativas balizadas no direito e suas garantias, tornando-se não somente um fato social, mas um fato jurídico.

Isso posto, é certo que, como em toda relação que reclama a incidência da segurança jurisdicional do ordenamento jurídico, o direito vem abranger tal preocupação, sendo esse ramo conhecimento como Direito Desportivo.

Acerca disso, podemos citar os ensinamentos do doutrinador Valed Perry, que conceitua:

O Direito Desportivo é o complexo de normas e regras que rege o desporto no mundo inteiro e cuja inobservância pode acarretar a marginalização total de uma associação nacional do concerto mundial desportivo.³

Assim, vê-se que a importância de abarcar as relações surgidas no âmbito do desporto visa atender a necessidade de regulação nessa área a fim de proporcionar segurança jurídica e ordem social também nessa esfera da vida social.

Tamanha importância justifica a integração desses direitos na própria Constituição Federal que, em seu art. 217, trata o fomento das práticas

² CIOLAC, Emmanuel Gomes; GUIMARÃES, Guilherme Veiga. **Exercício físico e síndrome metabólica**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte. Niterói, Volume 10, Nº 4, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922004000400009>. Acesso em: 08/10/2017.

³ PERRY, Valed, **Direito Desportivo** "Temas", CBF, Rio de Janeiro, 1981, p.81.

esportivas como sendo tanto um direito do cidadão como também um dever do Estado, nos seguintes termos:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:
 I — a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
 II — a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
 III — o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
 IV — a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
 §1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da Justiça Desportiva, regulada em lei.
 § 2º A Justiça Desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
 §3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.⁴

Como se vê, a previsão constitucional cuida de regular não somente a destinação de recursos e autonomia das entidades desportivas, como também definir a estruturação do tratamento jurídico que será aplicável a esses casos, o qual será detalhadamente analisado adiante neste trabalho.

Essa preocupação está espelhada também em outras partes do nosso ordenamento, como no Estatuto da Criança e do Adolescente, que também prevê a garantia do acesso dos jovens ao esporte, ao estabelecer em seus arts. 53 a 59, dentre outros, o direito ao esporte e lazer.⁵

No que diz respeito à regulação mais específica do desporto no ordenamento brasileiro, está em vigência a Lei nº 9.615/98, conhecida como Lei Pelé, idealizada na época em que este grande nome do futebol nacional atuou como Ministro do Esporte.

Tal legislação tem como objetivo estabelecer parâmetros de disciplinamento do esporte no Brasil, regulamentando desde a criação de ligas, federações e associações de vários esportes, até a profissionalização dos desportos, com a obrigatoriedade da transformação dos clubes em empresas

⁴ BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

⁵ BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

e, ainda, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização do cumprimento dessas regulamentações e determinando a independência dos Tribunais de Justiça Desportiva.

Diante da profissionalização do tratamento do desporto, a própria Lei Pelé se preocupa em estabelecer as definições e parâmetros do esporte formal, o qual está sujeito às regulamentações por seus reflexos econômicos, trabalhistas, e, também, de competitividade em âmbito internacional, excluindo-se dessa apreciação as atividades meramente lúdicas e de lazer. Diz o presente artigo:

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

§1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

§2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.[...]⁶

O presente trabalho, entretanto, irá se debruçar sobre as relações referentes ao desporto de rendimento, em especial do modo profissional, o qual se conceitua na Lei Pelé, diferenciando-se das demais formas de exercício do esporte, em especial pela sua finalidade e modo de operação:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I — desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II — desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III — desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

IV — desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

⁶ BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998.** Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 04/10/2017.

§1º O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I — de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II — de modo não-profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas entre quatorze e dezoito anos de idade e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade.

II — de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.⁷ **(grifos nossos)**

As atividades de desporto de rendimento exercidas de modo profissional, por estarem sujeitas às determinações dessa legislação específica, bem como aos códigos de regulamentação do exercício das modalidades que serão abarcados mais à frente nesse trabalho se mostram especialmente vulneráveis à obstaculização do acesso à justiça, haja vista que a profissionalização do desporto traz à baila uma série de interesses que demandam segurança jurisdicional.

Entretanto, estabelecido o parâmetro de identificação do objeto de estudo, faz-se necessário, antes da investigação dessa problemática, que nos debrucemos acerca da promoção do acesso à justiça no ordenamento jurídico brasileiro como um todo, consoante faremos a seguir.

2.2 O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA A LUZ DA CONSTITUIÇÃO

O direito de acesso à justiça está previsto no Art. 5º, XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil. Essa garantia foi construída ao longo da história das constituições brasileiras e só veio ser positivado a partir da Constituição Federal de 1946 que asseverava o seguinte:

Art 141 — A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

§ 4º — A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.⁸

⁷ BRASIL. **Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

Esse direito fundamental foi replicado na Constituição de 1967.

Contudo, o direito de acesso à justiça foi restringido a partir da aprovação do Ato Institucional nº 5 (AI nº5)⁹, outorgado em 1968 durante o período de governos militares de caráter totalitarista, com tendências à limitação das garantias individuais, dentre elas a liberdade de postular perante o Judiciário.

Dez anos após a revogação do AI nº 5, ocorrida em 1978, no governo de Ernesto Geisel, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, instituindo um ordenamento voltado para a afirmação e proteção das liberdades individuais, bem como das garantias fundamentais visando a construção de uma República firme na promoção da dignidade humana e da segurança jurídica, perpetrados nos ideais consolidados no texto normativo. A Carta Magna de 1988 deu enfoque aos Direitos e Garantias Fundamentais em seu Capítulo I, tratando especialmente direito de ação no seu artigo 5º, XXXV, *verbis*.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XXXV — a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;¹⁰

O acesso à justiça vislumbra-se na busca pela solução de conflitos e invocação do Estado-juiz para intermédio dessas pendengas, não havendo de se questionar da motivação que embasa cada causa, conferindo a possibilidade de ingresso em juízo para o cidadão pleitear a consagração de um direito violado, a garantia de uma expectativa de direito, o reconhecimento de um fato jurídico, e as mais diversas possibilidades da realidade fática que não poderiam ser restringidas por aspectos formais, haja vista o ideal de translação do direito enquanto norma para sua aplicação nas relações sociais.

⁸ BRASIL. Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

⁹ BRASIL. **Ato Institucional nº 5** de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

¹⁰ BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

O princípio da inafastabilidade garante que esse acesso vem ao auxílio das diversas demandas que se insurgem na sociedade, não se podendo negar a prestação jurisdicional àquele que tem pretensão legal que carece de resolução. Sobre o assunto, ensina o ilustríssimo jurista brasileiro Candido Rangel Dinamarco:

O princípio da inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional), expresso na Constituição Federal (artigo 5º, inciso XXXV), garante a todos o acesso ao Poder Judiciário, o qual não pode deixar de atender a quem venha a juízo deduzir uma pretensão fundada no direito e pedir solução para ela.¹¹

Apreende-se desse entendimento que o acesso à justiça não decorre da valoração econômica da causa ou a alegada relevância do direito perseguido, mas sim do próprio dever do Estado em garantir esse valor constitucionalmente positivado. Não é o objeto da causa e sua importância subjetiva que legitima a oportunidade de ingresso numa disputa judicial, mas sim a garantia consagrada na Constituição Federal em seu Art. 5º, XXXV que confere a todo cidadão a possibilidade de utilização da máquina judiciária estatal para suprir uma demanda jurídica, garantindo a ordem social nos mais diversos aspectos.

2.3 O ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DESPORTIVO

No que diz respeito ao acesso à justiça aplicado ao Direito Desportivo, percebe-se que há uma diferenciação na oportunização do ingresso de demandas pelos interessados, que se vêem em situação impeditiva decorrente das normativas desportivas que, ao determinar sanções aplicáveis aos interessados em réplica à mera propositura de ação judicial, acaba por gerar um obstáculo à garantia de prestação jurisdicional nessa esfera do direito.

O Direito Desportivo é um ramo renegado no ordenamento jurídico brasileiro, tendo um tratamento diferenciado dado inclusive pela própria Constituição que prevê em seu Art. 217, § 1º, *verbis*:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

¹¹ GRINOVER, Ada Pellegrini; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 25. Ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da Justiça Desportiva, regulada em lei. (grifo nosso)¹²

Decorre, pois, desse dispositivo que a propositura de ações relativas ao Direito Desportivo está submetida ao esgotamento das instâncias da justiça especializada, não sendo possível ingressar diretamente em juízo pleiteando uma causa cujo objeto tenha pertinência nessa área do direito, sendo essa uma limitação imposta pela própria Constituição Federal. Ocorre que, em sendo esse óbice instituído pelo próprio poder constituinte originário, verifica-se a ocorrência de um impasse quando avaliado de forma paralela ao Art. 5º, XXXV.

De fato, existe uma divergência doutrinária acerca do Art. 217, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil e sua compatibilidade com a garantia do acesso à justiça. Nesse impasse, uma das correntes defende que o fato de haver um obstáculo para o acesso ao poder judiciário conforme previsto no dispositivo do Art. 217, §1º iria de encontro com o que preceitua o disposto no Art. 5º, XXXV, enquanto a segunda vertente entende que, como tal restrição advém do poder constituinte originário, não há de se falar em inconstitucionalidade, pois normas de natureza originária não possuem limites, sendo elas a base para a criação das demais normas e não o contrário.

Assim, a corrente defensora da constitucionalidade do Art. 217, § 1º defende que, em razão de constituir, em si, norma inscrita na Carta Magna, não há de se falar em necessidade de consonância com os demais regramentos de mesmo caráter, igualmente constitucionais, inexistindo conflito, vez que a feitura de uma Constituição presume liberdade para a criação de normas de forma incondicionada.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes em sua obra “Curso de Direito Constitucional” preceitua o Poder Constituinte como insubordinado, não se submetendo às limitações dos demais regramentos. Sobre isso, ensina:

Um poder que tem na insubordinação a qualquer outro a sua própria natureza; dele se diz ser absolutamente livre, capaz de se expressar pela forma que melhor lhe convier, um poder que se funda sobre si

¹² BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

mesmo, onímodo e incontrolável, justamente por ser anterior a toda norma e que abarca todos os demais poderes; um poder permanente e inalienável; um poder que depende apenas da sua eficácia.¹³

Em posicionamento singular, apesar de coadunar com a tese da impossibilidade de arguição de inconstitucionalidade de dispositivo originariamente inscrito na Constituição, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes afirma que, apesar de haver a excepcionalidade prevista no Art. 217, §1º, essa norma não se constitui em obstáculo ao acesso judicial, mas tão somente infere uma condição prévia a ser atingida antes da possibilitação da judicialização da demanda:

A própria Constituição Federal exige, excepcionalmente, o prévio acesso às instâncias da Justiça Desportiva, nos casos de ações relativas à disciplina e às competições desportivas, reguladas em lei (CF, art. 217, § 1.º), sem porém condicionar o acesso ao Judiciário ao término do processo administrativo, pois a Justiça Desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final (CF, art. 217, § 2.º).¹⁴

A segunda corrente, defensora da inconstitucionalidade do Art. 217, §1º, defende que existe uma antinomia entre o disposto no do artigo anteriormente citado e o Art. 5, XXXV da Constituição Federal, ao entender que a criação de barreiras ao acesso à justiça impossibilitaria, em um viés, que as causas referentes ao Direito Desportivo fossem devidamente apreciadas pelo poder judiciário. Assim, as normas seriam absolutamente conflitantes e incompatíveis.

Compartilhando desse entendimento, podemos citar o professor Manuel Gonçalves Ferreira Filho, que assim explana sobre o assunto:

Deflui do texto a intenção de ver instituído, por lei, um contencioso administrativo para apreciar eventos ocorridos durante as manifestações desportivas. Isso não se coaduna bem com a autonomia das entidades desportivas, quanto à sua organização e funcionamento, que consagra o inciso I deste artigo. Na verdade, esta norma importaria uma exceção ao disposto no art. 5º, XXXV. E uma exceção escandalosa, já que não é prevista quanto a outras modalidades de contencioso administrativo que se conhecem no País.¹⁵

¹³ MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007, p 188.

¹⁴ MORAIS, Alexandre de. **Direito constitucional**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

¹⁵ FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. **Comentários à Constituição brasileira de 1988**. Volume 2: arts. 104 a 250. 2 ed. Atualizada e reformulada. São Paulo: Saraiva, 1999.

Vale salientar, nos termos apontados por Manuel Gonçalves Ferreira Filho, que essa condicionalidade é exclusiva às causas referentes ao desporto, inexistindo paralelo quanto às demais esferas do direito, vez que a Constituição não determina obstáculo à judicialização de demandas relativas a outros tipos de pretensão.

Portanto, podemos entender que, apesar de a Constituição criar obstáculos para o acesso à justiça para causas que versem sobre Direito Desportivo, ela não impossibilita que essas causas possam chegar ao judiciário. A divergência doutrinária que se instaura, porém, versa sobre a legitimidade desse requisito imposto pela Constituição que acaba por dificultar que essas causas cheguem até os tribunais de Justiça Comum.

Alexandre de Moraes por sua vez vai dizer que a exceção imposta pelo Art. 217, §1º da Constituição Federal é absurdo, pois trata a Justiça Desportiva de forma diferenciada dos demais ramos do direito.

“(...) uma exceção escandalosa, já que não prevista quanto a outra modalidade de contencioso administrativo que se conhecem no País”¹⁶

Percebe-se que apesar de a Constituição da República Federativa do Brasil ter se preocupado em tratar expressamente da Justiça Desportiva em seu texto, sendo a única jurisdição administrativa citada na nossa Carta Magna, acabou por obstaculizar o acesso à justiça, indo de encontro ao que rege o Art. 5º, XXXV.

Tal obstáculo tem por objetivo acelerar o trato das causas de Direito Desportivo, bem como garantir que haja um julgamento especializado das demandas que tratem de tal assunto. Porém ao se tratar a Justiça Desportiva de forma apartada das demais jurisdições administrativas, onde a vontade das partes é que vai decidir se a demanda será julgada pela via administrativa ou irá para a Justiça Comum, há a violação do princípio da inafastabilidade da jurisdição e ao mesmo tempo se da menor importância as causas de Direito Desportivo, como se estas devessem passar por um crivo prévio administrativo para só então poderem ser julgadas pela Justiça Comum.

¹⁶BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 08/10/2017.

3 MODUS OPERANDI DA JUSTIÇA DESPORTIVA NO BRASIL

A Justiça Desportiva no Brasil é tratada de forma diferente das demais áreas do direito. É uma instância de direito privado, porém, apesar de não se tratar de um órgão administrativo em sua essência, o ordenamento jurídico brasileiro requer o esgotamento de suas instâncias para que as causas de Direito Desportivo possam ser apreciadas pela Justiça Comum, regra essa que está inscrita no art. 217, § 1º da Constituição Federal.

Ocorre que esse esgotamento de instância tem gerado controvérsia na concretização do acesso à justiça nas causas desportivas, haja vista que, não obstante a mais alta corte da Justiça Desportiva no Brasil seja o STJD, os clubes e terceiros interessados têm sido submetidos a um julgamento adicional, o Tribunal Arbitral do Esporte (TAS), sediado em Lausanne, Suíça.

Dessa forma, é necessário compreender o funcionamento das instâncias no aparelho da Justiça Desportiva no Brasil, a fim de analisar os obstáculos impostos aos interessados para a judicialização das causas desportivas, consoante será procedido a seguir.

3.1 ESTRUTURA DA JUSTIÇA DESPORTIVA NO BRASIL

Conforme já explanado, a Justiça Desportiva no Brasil tem base legal prevista no Art. 217 da Constituição Federal. Entretanto, apesar de referenciada no texto constitucional, seus órgãos e tribunais, a exemplo do Superior Tribunal de Justiça Desportiva não pertencem ao Poder Judiciário.

O desígnio da Justiça Desportiva é o julgamento de causas referentes às atividades de desporto desenvolvidas no âmbito nacional, abarcando as mais diversas modalidades e gozando de competência para solução dos conflitos gerados nas competições esportivas. Cabe a tal aparelho, por exemplo, julgar as causas em que os clubes e atletas infringem os regulamentos das competições em que participam e o Código Brasileiro de Justiça Desportiva ou outras demandas que envolvam interesses referentes a esses eventos.

Celso Ribeiro Bastos irá lecionar que a Justiça Desportiva não se confunde com o Poder Judiciário e, nem mesmo, com um órgão público estatal, mas sim representa uma instância administrativa não jurisdicional:

A Justiça Desportiva não é autônoma, muito menos independente, foi criada por ato administrativo, sendo portanto uma justiça administrativa e uma instituição ministerial. Ela não é um órgão jurisdicional integrante do Poder Judiciário, seus funcionários e membros não estão vinculados ao Poder Público, é dizer, não são funcionários públicos.¹⁷

Em verdade, a natureza jurídica da Justiça Desportiva no Brasil é alvo de controvérsias doutrinárias, haja vista que envolve entes de personalidade privada, entretanto atua em causas que envolvem direitos públicos. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, por exemplo, é uma entidade autônoma custeada pela Confederação Brasileira de Futebol, ostentando, pois, caráter privado.

Suas atividades, porém, integram uma instância decisória não jurisdicional que, pela força dos preceitos constitucionais, deve ser esgotada antes da possibilitação de ingresso no Poder Judiciário *per se*, de modo que, por analogia em sua classificação doutrinária, a doutrina trata a Justiça Desportiva como uma instância administrativa, o que, porém, não significa que haja inferência das normas do Direito Administrativo nesse aparelho.

Conforme preceitua o Procurador Geral Paulo Marcos Schmitt, o Direito Desportivo é classificado como uma Justiça Administrativa apenas por classificação doutrinária, porém não encontra qualquer relação com esse ramo do direito.

Apesar da referência doutrinária, por vezes mencionar que a Justiça Desportiva constituiria uma instância administrativa, é certo que o faz exclusivamente para diferenciá-la da instância jurisdicional. Em verdade, a Justiça Desportiva exerce sua atividade em âmbito estritamente privado, sem qualquer influência de Direito Administrativo.¹⁸

O Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) é a normativa da qual são extraídos os parâmetros de legalidade utilizados para a resolução dos conflitos no âmbito do desporto. Existem três instâncias no âmbito da jurisdição desportiva que, são: Comissões Disciplinares, Tribunais de Justiça Desportiva (TJD) e Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). Vale salientar que são

¹⁷ BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

¹⁸ SCHMITT, Paulo Marcos; QUADROS, Alexandre Hellender de. **Justiça Desportiva vs. Poder Judiciário**: um conflito aparente. Revista Brasileira de Direito Desportivo. n. 4, p. 168-193, segundo semestre. 2003.

essas as únicas instâncias previstas na jurisdição brasileira, impossibilitada a criação de qualquer outra interferência nos julgamentos das demandas desportivas, por força do CBJD.

Os órgãos, apesar de possuírem a mesma estrutura organizacional, têm representações apartadas para cada modalidade esportiva, de modo que cada esporte conta com sua própria via administrativa jurisdicional, constante de três instâncias.

As Comissões Disciplinares são a primeira instância da Justiça Desportiva, cabendo a elas processar e julgar as infrações disciplinares ocorridas nas atividades de desporto. As comissões são formadas por cinco membros, responsáveis por realizar o julgamento de forma colegiada.

Os Tribunais de Justiça Desportiva (TJD) representam a segunda instância. Esse órgão irá analisar os recursos oferecidos em face das decisões das Comissões Disciplinares. A competência dos Tribunais é de julgar competições municipais, regionais e estaduais. Tais Tribunais são formados por nove integrantes, sendo dois indicados pela entidade regional ou estadual de administração do desporto; dois pelas entidades de prática desportiva que façam parte da principal competição da entidade regional ou estadual de administração de desporto; dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); dois representantes dos árbitros e dois representantes dos atletas.

O Procurador do STJD Milton Jordão ensina acerca da divisão de competências com relação a essas instâncias:

A composição da Justiça Desportiva é matriz legal, fixada na Lei Pelé. No entanto, o CBJD, de forma detalhada, define a existência de um Superior Tribunal De Justiça Desportiva(STJD), competente para julgar infrações cometidas durante competições de âmbito nacional ou interestadual. (Art.3º). Esta Corte é composta por Comissões Disciplinares (CD), que desempenham função análoga à de um juízo de primeiro grau, e por um Tribunal Pleno, que apreciará os feitos em segundo grau de jurisdição, além de servir como juízo originários nalguns casos definidos no Código e última instância recursal para os feitos julgados pelos Tribunais de Justiça Desportiva (art. 4 A).¹⁹

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) é o grau máximo na jurisdição brasileira no âmbito desportivo. A esse órgão cabe julgar recursos oferecidos em face dos julgados pelos Tribunais de Justiça.

¹⁹ JORDÃO, Milton. **Comentários ao Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003)**. Milton Jordão, Gustavo Pires de Souza. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p.92.

O Pleno do STJD é composto por nove integrantes, sendo dois indicados pela entidade regional ou estadual de administração do desporto; dois advogados indicados pela OAB; dois representantes dos atletas e um representante dos árbitros. Os mandatos são temporários e tem duração definida de acordo com a modalidade que representam. Tais membros não podem pertencer a qualquer clube ou entidade da competição a qual é responsável e necessitam ter notório saber jurídico na área desportiva.

Um grande óbice para a concretização dos direitos pleiteados nessa via, no entanto, é que, em especial por se tratar de órgão privado, as decisões do STJD não são autoexecutáveis. Na tentativa de conceituar uma instituição deveras *sui generis*, surgem comparações com o instituto da arbitragem, porém tal alegoria também não é capaz de expressar a natureza da Justiça Desportiva.

O doutrinador Paulo Marcos Schmitt, em sua obra “Magistrados na Justiça Desportiva”, faz um paralelo entre a Justiça Desportiva e a Arbitragem, diferenciando-as na medida em que, na primeira, há uma obrigação constitucional de julgamento das causas referentes ao desporto, já na segunda, existe uma faculdade e não uma obrigação das partes em utilizarem de tal mecanismo. Apreende-se:

A arbitragem e a Justiça Desportiva são meios alternativos de solução de conflitos de interesse. De um lado, a arbitragem é opcional para as partes, que poderão (i) abdicar do Judiciário e definir a solução de seus conflitos por árbitros privados ou (ii) submeter-se à atividade jurisdicional do Estado. De outro, a Justiça Desportiva é, em regra, pressuposto a ser esgotado antes que a parte mova o Poder Judiciário, composta de forma paritária pelos entes participantes da atividade desportiva. Resguardadas as distinções, arbitragem e Justiça Desportiva não tem poder para executar diretamente suas decisões, porque a força executiva, o monopólio do exercício da força, permanece inerente ao Estado.²⁰

Assim, é possível perceber que, mesmo se tratando de uma instituição autônoma com funcionamento distinto e natureza dúbia, é por força do art. 217 da Constituição Federal que o esgotamento de todas essas instâncias da Justiça Desportiva tornou-se condição para o alcance do direito ao acesso à Justiça Comum.

²⁰ SCHMITT, Paulo Marcos. **Organização e Competência da Justiça Desportiva**. In: MINISTÉRIO do Esporte. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva**: comentários e legislação. Brasília: Assessoria de comunicação social, 2004.

3.2 ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS NA JUSTIÇA DESPORTIVA BRASILEIRA

A Justiça Desportiva encontra seus limites em território nacional no Pleno do Superior Tribunal de Justiça Desportiva: ele irá julgar os recursos proferidos contra as decisões dos Tribunais de Justiça Desportiva.

No presente estudo, vale mencionar, será dado enfoque ao aparelho decisório dedicado ao futebol. Nesse âmbito, fica determinado, no próprio Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, em seu art. 1º, que é ele o órgão máximo de julgamento dentro do território brasileiro. Com sede no Estado do Rio de Janeiro, as decisões de tal Tribunal irão por fim a disputa judicial no âmbito do Direito Desportivo. Apreende-se:

Art. 1º O Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol (STJD), órgão autônomo e independente, com natureza jurídica de ente despersonalizado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, com jurisdição em todo território nacional, sendo o órgão máximo da Justiça Desportiva da República Federativa do Brasil na sua modalidade.²¹

A legislação que rege a Justiça Desportiva no país é o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, composto por 287 artigos, que detalham deveres e direitos e delineiam as obrigações dos clubes, entidades e atletas, estipulando, inclusive, punições cabíveis para cada infração prevista.

Dentre essas infrações, está a previsão de sanção para ações intentadas em favor de clube desportivo antes do esgotamento de todas as instâncias administrativas, conforme preceitua o Código Brasileiro de Justiça Desportiva em seu art. 231:

Pleitear, antes de esgotadas todas as instâncias da Justiça Desportiva, matéria referente à disciplina e competições perante o Poder Judiciário, ou beneficiar-se de medidas obtidas pelos mesmos meios por terceiro
PENA: exclusão do campeonato ou torneio que estiver disputando e multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).²²

²¹ BRASIL. STJD. **Superior Tribunal de Justiça Desportiva**. Regimento Interno. Rio de Janeiro. Disponível em: < https://cdn.cbf.com.br/content/201608/20160803152028_0.pdf > . Acesso em 04/10/2017.

²² BRASIL. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva**. IBDD Instituto Brasileiro de Direito Desportivo. São Paulo: IOB, 2010. Disponível em:

Ocorre que, embora as instâncias da Justiça Desportiva Brasileira culminem no STJD, a vedação prevista no Art. 231 supracitado vem sendo interpretada de forma diferente no ramo concernente ao futebol.

Com efeito, no âmbito da Confederação Brasileira de Futebol, os regulamentos das competições incluem dentre as instâncias a serem superadas antes do oferecimento de demanda judicial, a prolação de decisão pelo Tribunal Arbitral do Esporte (TAS), uma instituição de caráter internacional, que será mais detalhadamente abordada a seguir, e essa determinação vem sendo acolhida pelo STJD.

Ocorre que essa indefinição acerca do esgotamento da via não-judicial enseja uma possível discussão acerca de qual seria o requisito para que uma decisão de Justiça Desportiva pudesse, enfim, ser analisada pela Justiça Comum.

Por um lado, o condicionamento imposto pela Constituição Federal em seu Art. 217, § 1º diz que necessitam ser esgotadas todas as instâncias de Direito Desportivo em âmbito nacional. Por outro, consoante reproduzido nos regulamentos das maiores competições nacionais, determina-se que a Justiça Desportiva só encontrará seu esgotamento após o julgamento feito pelo Tribunal Arbitral do Esporte, ou seja, após uma decisão de um órgão superior internacional.

Ocorre que, com a obrigatoriedade do uso da instância arbitral internacional, essas decisões tornam-se irrecorríveis, impedindo, por completo, o acesso dos interessados à Justiça Comum, por mera estipulação da FIFA, acolhida pela CBF e imposta aos clubes, em clara dissonância com as garantias delineadas na Constituição Federal.

Sobre essa pendenga, defende o Ex-Procurador Geral do STJD, Paulo Schmitt, que o ingresso dos torcedores e dos clubes na Justiça Comum é um desrespeito ao esgotamento das instâncias da Justiça Desportiva. Em entrevista divulgada pelo site GloboEsporte.com, Paulo Schmitt assim se posicionou:

Não se pode falar em esgotamento de todas as instâncias da Justiça Desportiva com base simplesmente numa decisão do Pleno do STJD,

por mais que esta seja a mais alta Corte Desportiva no Brasil. No futebol, a última instância da Justiça Desportiva, de acordo com normas internacionais, é o Tribunal Arbitral do Esporte, que, por sinal, é referenciado pelo regulamento de competições da própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF).²³

Dessa forma, apreende-se que, no entendimento do jurista, apesar de o Pleno do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) ser o órgão mais alto de julgamento na tutela dos direitos desportivos, seria necessária ainda uma reavaliação por órgão internacional competente.

Esse posicionamento decorre da subordinação dos clubes confederados e competições organizadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) às normas impostas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA).

A FIFA, por sua vez, é a instituição internacional de maior relevância para o futebol, futsal e futebol de areia, razão pela qual as confederações nacionais do desporto estabelecem regras em consonância com os parâmetros dessa instituição. A internalização da regra de esgotamento da via administrativa em um órgão supranacional consoante adotado pela CBF, porém, afronta claramente o ordenamento brasileiro, vez que a instância administrativa superior prevista na Lei brasileira é o STJD, momento em que deveria ser oportunizada, sem obstáculos, a possibilidade de ingresso no Judiciário em decorrência da demanda, o que não vem ocorrendo.

Acerca do tema, Paulo Schmitt explica que os clubes que disputam competições vinculadas à FIFA, como é o caso do Campeonato Brasileiro, por exemplo, são obrigados a respeitar as normas por ela impostas, sob pena de receber punições ou até mesmo a exclusão de competições por ela organizadas. Segue trecho da fala do Ex-Procurador Geral do STJD:

Clubes que disputam eventos internacionais promovidos pela Fifa, suas filiadas ou vinculadas como a Conmebol (que em tese não tem nenhuma obrigação de observar uma decisão judicial fora do Brasil), podem ser punidos com suspensões, multas, ou mesmo impedidos de participação na Libertadores, Sul-Americana, Mundial de Clubes etc. Isso sem falar que a CBF pode ser obrigada a não convocar atletas empregados de clubes que estejam descumprindo normas internacionais.²⁴

²³ SOUZA, Eduardo de. Paulo Schmitt: “**Clubes só devem ir à Justiça comum após acionar o TAS**”. Rio de Janeiro: Globoesporte.com, 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2014/01/paulo-schmitt-clubes-so-devem-ir-justica-comum-apos-acionar-o-tas.html>>. Acesso em: 04/10/2017

²⁴ SOUZA, Eduardo de. Paulo Schmitt: “**Clubes só devem ir à Justiça comum após acionar o TAS**”. Rio de Janeiro: Globoesporte.com, 2014. Disponível

Os clubes que concordam em participar de competições organizadas pela FIFA e suas Confederações, as quais detêm um verdadeiro monopólio da exploração comercial do esporte, se obrigam a acatar a Justiça Desportiva como instância própria, afastando assim, a análise da Justiça Comum, ante a irrecorribilidade das decisões arbitrais. Tal obrigatoriedade está inscrita no Estatuto da FIFA, a seguir:

Art. 10. Item 4. À solicitação da qualidade de membro [da FIFA] se juntam os estatutos legalmente válidos da associação, que deverão conter as seguintes disposições: [...]
c) Reconhecer, conforme o estatuto, a jurisdição do Tribunal de Arbitragem Desportiva. [...]"²⁵

Seguindo o entendimento deste dispositivo, a Confederação Brasileira de Futebol estabelece, em seus campeonatos, que as decisões terminativas na Justiça Desportiva somente são alcançadas após o julgamento pelo TAS, na Suíça.

A problemática exsurge ao combinar essas determinações com o art. 231 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva que versa que quando o clube pleiteia na Justiça Comum causa de Direito Desportivo, antes que sejam esgotadas todas as suas instâncias, pode ser obrigado a pagar multa ou até mesmo ser excluído da competição. Apreende-se:

Art. 231. Pleitear, antes de esgotadas todas as instâncias da Justiça Desportiva, matéria referente à disciplina e competições perante o Poder Judiciário, ou beneficiar-se de medidas obtidas pelos mesmos meios por terceiro. PENA: exclusão do campeonato ou torneio que estiver disputando e multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).²⁶

Ocorre que, ao conjugarem-se essas normas, o acesso à justiça acaba sendo condicionado ao alcance de uma instância internacional, sequer prevista na determinação constitucional acerca da Justiça Desportiva, mas que vem

em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2014/01/paulo-schmitt-clubes-so-devem-ir-justica-comum-apos-acionar-o-tas.html>>. Acesso em: 04/10/2017

²⁵ FIFA. **Estatutos de la FIFA**. Zurique: FIFA, 2013. Disponível em: <https://resources.fifa.com/mm/document/affederation/generic/02/14/97/88/fifastatuten2013_s_spanish.pdf>. Acesso em: 06/2017.

²⁶ BRASIL. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva**. IBDD Instituto Brasileiro de Direito Desportivo. São Paulo: IOB, 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/cejd/arquivos/CBJD09032015.pdf>>. Acesso em: 09/10/2017.

sendo proibitiva aos clubes em razão da aplicação de sanções nas hipóteses de ingresso

Antes do esgotamento da decisão no âmbito da FIFA. Há uma verdadeira coação por parte da FIFA, da CBF e do próprio Código Brasileiro de Justiça Desportiva aos clubes para que estes não ingressem na Justiça Comum mesmo depois de esgotadas todas as instâncias da Justiça Desportiva em território brasileiro, existindo, portanto, uma clara violação ao direito constitucional de acesso à justiça exposto no art. 5º, XXXV da nossa Carta Magna que diz, claramente, que não será excluída da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito.

Assim, a obrigação da revisão das decisões do STJD pelo TAS se traduz em um impedimento da concretização da garantia do art. 217, §1º, que implica ser possível acessar a Justiça Comum, o que não ocorre, haja vista o alcance de decisão arbitral indissolúvel.

Em se aceitando as normas de limitação de acesso à Justiça expostas no CBJD e sua interpretação em conjunto com a determinação de instância internacional pelos regulamentos das competições, estará se colocando em xeque um dispositivo constitucional que se contrapõe a uma norma internacional de uma instituição privada especializada. Desse modo, sendo a Constituição Federal a lei soberana do nosso país, não é razoável imaginar que exista uma limitação de legislação de direito privado que venha a se sobrepor a mesma.

Todas as normas infraconstitucionais devem respeito à Constituição Federal e não podem ultrapassar ou suprimir direitos nela impostos. Sobre tal assunto preceitua o jurista Luiz Fabião Guasque:

A constituição é o ponto de partida de um processo de criação do Direito positivo. A Grundnorm, ou lei fundamental dos alemães, é a fonte comum de validade de todas as normas da mesma ordem normativa. Mas essa lei magna fornece o fundamento de validade, a legitimação e o processo para elaboração e o conteúdo dos preceitos que formam esse sistema infraconstitucional.²⁷

Ante essas determinações, vê-se que há séria incompatibilidade entre as interpretações acolhidas na sede do STJD e a norma inscrita na Constituição Brasileira, situação essa que vem sendo admitida apesar do grande prejuízo

²⁷ GUASQUE, Luiz Fabião. **Direito Público**: temas polêmicos — Freitas Bastos Editora. 1997.

que causa aos clubes e seus torcedores, e que não encontra par em nenhuma outra seara do nosso ordenamento jurídico.

A partir desse entendimento, far-se-á um paralelo entre o que acontece no Direito Desportivo com o que existe nos demais ramos do Direito brasileiro. Poderá ser visto que há a nulidade de cláusulas abusivas, o que não é visto no Direito Desportivo.

No Direito Civil, observa-se que são nulas cláusulas contratuais que pressuponham renúncia antecipada de direito do aderente. Tomando emprestada essa lógica, como os clubes não tem outra opção senão a de aceitarem as normas impostas pela competição sob pena de não poderem participar das mesmas — e ressaltada a monopolização da exploração econômica do esporte pela CBF —, a comparação com os contratos de adesão faz-se pertinente. Sobre tal assunto, preceitua o Art. 424 do Código Civil:

Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.²⁸

Já no Direito do Consumidor também existe a nulidade de cláusulas contratuais abusivas ou ilegais. Tal proteção ao consumidor está baseada na hipossuficiência do mesmo, para que assim, seja evitada uma disparidade acentuada nos contratos que envolvam relação de consumo. Rege o Art. 51, § 1º do Código do Consumidor:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
 § 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:
 I — ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
II — restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
 III — se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.²⁹ **(grifo nosso)**

²⁸ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 06/10/2017.

²⁹ BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 06/10/2017.

Ora, se nas demais áreas do Direito há uma vedação clara a cláusulas ilegais, por que no Direito Desportivo existe essa flexibilização quanto à legalidade de normas que vão de encontro com o que rege expressamente o Art. 5º, XXXV?

É certo que a omissão da legislação e da própria doutrina com relação a essa problemática torna difícil o estudo e a proposição de assertivas acerca da temática, entretanto, a compreensão da obstaculização da garantia fundamental é, em si, relevante para ensejar o pensamento acerca da concretização da segurança jurídica nessa seara do Direito.

3.3 O TRIBUNAL ARBITRAL DO ESPORTE VERSUS O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA

A arbitragem é regulamentada pela Lei nº 9.307/96 e consiste numa solução alternativa de conflitos, onde as partes elegem um árbitro para julgar as demandas provenientes daquela relação jurídica. Tal julgamento só ocorrerá dessa forma se for de comum acordo entre as partes e só poderão ser discutidos os direitos disponíveis. O jurista Luiz Fernando do Vale de Almeida vai explanar sobre a arbitragem, caracterizando-a da seguinte forma:

[A arbitragem] é uma ferramenta que surge como uma forma de dar segurança jurídica as pessoas, pois a lentidão da máquina judicial é patente, assim como seu custo social, o que, atualmente desencoraja aqueles que querem ver seus problemas resolvidos.³⁰

Com vistas a proporcionar uma uniformidade na prestação jurisdicional esportiva no âmbito internacional, o Tribunal Arbitral do Esporte foi criado em 1983 pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), sob o comando do então Presidente Juan Antonio Samaranch, porém, só começou a funcionar efetivamente no ano seguinte.

O Tribunal Arbitral, também conhecido pela sigla TAS (*Tribunal Arbitral du Sport*), é o órgão responsável por construir as formações arbitrais, tendo por objetivo final resolver os litígios que encontrem relação com as práticas desportivas. Esse Tribunal tem sede em Lausanne, na Suíça.

O TAS tem por finalidade fortalecer as federações esportivas internacionais, sendo o órgão maior da jurisdição esportiva no mundo, e tem a

³⁰ ALMEIDA, Luiz Fernando do Vale de. **Aspectos Práticos da Arbitragem**. São Paulo: QuatierLatin, 2006, p. 204.

incumbência de julgar as apelações provenientes de decisões proferidas nos âmbitos das federações internacionais, de forma a minimizar a sensação de parcialidade ou de diferenciação no julgamento de cada causa. Com sua criação, o COI atendeu à necessidade de criação de uma justiça especializada, resolvendo as causas de forma privada, representando, assim, uma via alternativa à Justiça Comum.³¹

O Tribunal é composto por árbitros que podem decidir de maneira monocrática ou de forma colegiada, em turmas de até três árbitros. Eles são escolhidos a partir de uma lista fechada de cerca de 300 árbitros especialistas nas áreas de comércio internacional e Direito Desportivo, de acordo com a causa que irão julgar. A principal característica desse julgamento é a neutralidade, de modo que a maioria das causas é julgada em Lausanne, na Suíça.

O Tribunal também conta com um corpo técnico de especialistas em arbitragem e Direito Desportivo, cabendo a eles esclarecer as dúvidas e auxiliar as partes, os advogados e, inclusive, o próprio árbitro na tomada de decisões.

Outra característica marcante do Tribunal Arbitral é a celeridade, razão pela qual pode se tornar preferível em face das vias jurisdicionais tradicionais. Isso reflete, ainda, uma necessidade de decisões rápidas a fim de atender à programação das competições, pois as demandas dos atletas, por vezes, precisam ser decididas antes da fase posterior do evento, sob pena de perda do objeto da ação.

As sentenças proferidas pelo Tribunal Arbitral do Esporte são irrecorríveis, somente podendo ser destituídas diante de demonstração de nulidade, nos termos do regimento do Órgão. Para evitar tais nulidades, cabe ao Secretariado do TAS fazer a revisão das sentenças proferidas pelos árbitros, assim assegurando a celeridade processual e evitando qualquer atecnia que venha a acontecer nas decisões.

O TAS tem uma função diferente das demais câmaras de arbitragem que se destinam a tutelar direitos privados, pois cabe a ele julgar apelações referentes a decisões tomadas pelos Tribunais de Justiça Desportiva nos países, ou seja, ele possui uma função não somente de julgamento de conflitos, mas também de revisão de decisões. No Brasil, as decisões tomadas

³¹ FIDA, Pedro. **O Tribunal Arbitral do Esporte (TAS)**: um breve guia para advogados. São Paulo: Revista do Advogado. Edição Especial Direito Desportivo, 2014.

pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva são passíveis de reavaliação pelo TAS, sendo ele o último órgão jurisdicional do esporte.³²

Dessa forma, vê-se que o TAS é uma alternativa interessante de resolução de controvérsias nas competições desportivas. Ocorre que, ao considerar-se obrigatória a apreciação desse Órgão, as regulamentações da FIFA, adotadas nos campeonatos organizados pela CBF, estão cerceando a liberdade dos clubes de decidirem como tratam das suas demandas judiciais, uma vez que aos clubes não é dada a opção de não recorrer e, especialmente, não é respeitada a identificação de esgotamento da instância desportiva no âmbito brasileiro. Dessa forma, essa imposição contraria a natureza primordial da arbitragem, que é o uso voluntário pelas partes.

Em suma, os interessados que pleiteiam uma causa na Justiça Desportiva Brasileira no âmbito de um campeonato regulado pela CBF estão cerceados no seu direito de acesso à Justiça Comum, podendo recair em uma das seguintes possibilidades:

- a) se chegarem ao STJD e não apresentarem recurso ao TAS, não poderão buscar a via jurisdicional tradicional, sob pena de sanção por não terem esgotado as instâncias decisórias desportivas, na forma do art. 231 do CBJD;
- b) se apresentarem recurso ao TAS, estarão submetidos à decisão arbitral irrecorrível, novamente não podendo ingressar com demanda na Justiça Comum.

Ou seja, em ambos os casos, o direito previsto no art. 217, §1º da Constituição Federal torna-se esvaziado, uma vez que, ao considerar-se o TAS como última instância desportiva — o que, vale lembrar, é previsão do regulamento privado da FIFA e da CBF, em dissonância com a legislação brasileira que identifica o STJD como instância final na via administrativa —, os interessados se vêem proibidos de acessar a Justiça Comum.

Ocorre que essa situação é aceita na doutrina, ignorando a imposição dessa renúncia aos clubes pelas organizações de desporto. Na opinião de Paulo Schmitt, os clubes que aceitam participar de competições organizadas pela CBF, têm de aceitar o TAS como sendo a última instância de Direito

³² FIDA, Pedro. **O Tribunal Arbitral do Esporte (TAS)**: um breve guia para advogados. São Paulo: Revista do Advogado. Edição Especial Direito Desportivo, 2014.

Desportivo, pois tiveram a faculdade de recusar tais imposições e, mesmo assim, não o fizeram.³³

Tal entendimento, porém, é temeroso, pois as competições desportivas são monopolizadas pela CBF, de modo que os clubes de futebol se vêem obrigados a aceitar as exigências da Confederação para poder participar das principais competições, assim, o seu poder de escolha fica prejudicado, de forma análoga ao que acontece no formato de contratos de adesão, onde o cliente necessita do serviço e tem um poder de barganha reduzido ou quase nulo.

Ora, conforme já exposto, a imposição do TAS como instância máxima do Direito Desportivo significa obrigação de renúncia à garantia constitucional fundamental do acesso à Justiça Comum, isso porque as decisões de Corte Arbitral são irrecorríveis e, em assim sendo, o regulamento das competições exige dos clubes a renúncia do direito de acesso à Justiça.

3.4 O ESTATUTO DO TORCEDOR: LEI Nº 10.671/03

Ainda no âmbito da obstaculização do acesso à Justiça no que diz respeito às causas referentes ao desporto, cabe analisar como essas proibições atingem não somente o direito dos clubes filiados às Instituições reguladoras — como a CBF e a FIFA —, mas também acabam por afetar o próprio torcedor em sua individualidade.

Consoante pode ser visto, pela letra do art. 231 do CBJD, a punição pelo ingresso na Justiça Comum, considerado indevido, também se dá caso o impetrante da causa seja o torcedor.

Ora, é certo que a pessoa do torcedor não tem qualquer vinculação com o regulamento das competições, de modo que lhe deveria ser garantida a possibilidade de demandar judicialmente independentemente da apreciação das lides pelo TAS, uma vez que somente está balizada pelo esgotamento definido na Constituição que, nos termos da legislação brasileira, se encerra no Pleno do STJD. Entretanto, essa interpretação não vem sendo acatada pela Justiça Desportiva no Brasil, conforme se estudará em casos adiante nesse trabalho.

³³ SCHMITT, Paulo Marcos. Organização e Competência da Justiça Desportiva. In: MINISTÉRIO do Esporte. Código Brasileiro de Justiça Desportiva: comentários e legislação. Brasília: Assessoria de comunicação social, 2004.

Essa problemática se reveste de grande relevância à medida que se compreende o torcedor como um postulante munido de interesse de agir e legitimado pelo seu investimento nos resultados dos campeonatos desportivos, seja por envolvimento emocional ou até mesmo por proveitos que possa obter relacionados a esses eventos.

Com efeito, a perpetração de irregularidades nos campeonatos que, por vezes, podem não encontrar a justa solução no âmbito administrativo da Justiça Desportiva, interfere diretamente no resultado do produto consumido pelo torcedor — a competição esportiva — e na sua expectativa de segurança jurídica de que a mesma ocorra nos moldes da legalidade. Dessa forma, ao sentir-se lesado, seja pela irregularidade em uma escalação de atleta, classificação de pontos, rebaixamentos de equipes ou outra hipótese que interfira na justeza do desporto, deverá ter a possibilidade de pleitear a proteção de seu direito no âmbito jurisdicional.

O esporte é algo que faz parte da vida do brasileiro, tendo a função de promover o lazer, a saúde ou até mesmo a profissão de parte da população. Ele também é responsável por mover parte da economia nacional.

No Brasil, o futebol ganha papel de destaque, fazendo parte da vida e da cultura dos brasileiros. É um esporte que nos faz ser conhecidos mundialmente e desperta a paixão de uma boa parte da população nacional. O futebol movimenta uma quantia considerável em dinheiro anualmente, segundo reportagem divulgada pela Goal Brasil, o futebol brasileiro movimenta cerca de R\$ 550 bilhões de reais todos os anos.³⁴

O torcedor, por sua vez, é parte fundamental do esporte. É ele que dá sentido ao espetáculo, tendo em vista que não existe evento sem que tenham espectadores para apreciá-lo. Torcer significa muito mais que apenas assistir um show, pois, ao invés de apenas observar, o torcedor participa do evento esportivo, à medida que apoia sua equipe, seja indo ao estádio, assinando pacotes de TV para transmissão dos jogos ou associando-se a sua entidade, como sócio-torcedor.

Tamanha é a importância do papel do torcedor nessa esfera que o legislador cuidou especificamente de seus direitos com a criação da Lei nº

³⁴NOBRE, Raphael. **Europa prova que torcedores são os grandes 'clientes' do futebol e geram muita receita quando mercado é bem explorado**. Sine Loco: Goal Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.goal.com/br/news/619/especiais/2016/06/10/24444332/futebol-paix%C3%A3o-e-neg%C3%B3cio>>. Acesso em: 06/10/2017.

10.671/03, conhecida como o Estatuto do Torcedor, visando garantir proteção aos direitos dos espectadores de eventos esportivos.

Nesse sentido, é importante mencionar que o Estatuto, ao contrário das leis anteriormente vigentes, preocupou-se em determinar o conceito de torcedor, ampliando-o para não somente abarcar o espectador pagante e presente ao evento, mas também valorizando o interesse gerado pelo envolvimento do torcedor pelo acompanhamento da competição, consoante ensina Gustavo de Oliveira:

Ressalta-se que apreciar, apoiar, ou se associar a determinada entidade esportiva, ou mesmo acompanhar a prática de determinada modalidade não implica necessariamente, a necessidade de comparecimento do torcedor no estádio, tampouco o pagamento de ingresso.³⁵

Isso posto, vê-se que o torcedor está contribuindo para o clube ainda que não haja, entre eles, relação direta de compra, de forma que o acompanhamento da prática daquela equipe já confere ao espectador uma relação passível de proteção pela legislação.

Essa legislação chega a estabelecer uma analogia entre a posição do torcedor e a do consumidor, nos termos de seu art. 40, *verbis*:

Art. 40. A defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo observará, no que couber, a mesma disciplina da defesa dos consumidores em juízo de que trata o Título III da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990.³⁶

O Estatuto, pois, vem garantir ao torcedor a possibilidade de ingresso em juízo nos casos em que se sinta prejudicado na sua relação com os eventos esportivos, seja devido à falta de segurança nos estádios, o alto valor cobrado de ingressos, a superlotação em eventos esportivos, ou até mesmo em questões mais impessoais, como a falta de transparência na gestão dos clubes e as próprias decisões que interferem no andamento das competições.

³⁵ OLIVEIRA, Gustavo Vieira de. **Das Disposições Gerais**. In: GOMES, Luis Flávio (Org.). **Estatuto do Torcedor comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011

³⁶ BRASIL. **Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 06/10/2017.

Nessa perspectiva, Oliveira leciona que a transparência e organização das competições fazem parte da esfera de direitos que podem ser pleiteados em juízo pelo consumidor-torcedor:

Aquilo, que se refere, todavia, a transparência e organização das competições, essas sim, são aplicáveis ao conceito amplo de torcedor definido pelo art. 2º do Estatuto do torcedor.³⁷

Assim, o torcedor é, também, um legitimado para pleitear suas demandas sempre que houver interferência no espetáculo e a legalidade das competições.

Nesse sentido, nos termos expressos do Estatuto, ao torcedor está garantido o direito à transparência na organização das competições e da administração dos clubes, bem como o devido respeito ao regulamento da competição e à observância dos critérios técnicos para sua realização, direitos esses que devem ser garantidos pelo aparato jurídico, vez que estão definidos em lei.

Vale mencionar que a reivindicação desses direitos, por vezes, não diz respeito somente à esfera do clube, mas à personalidade do torcedor, haja vista a possibilidade de prejuízos pessoais sofridos pelo impetrante diante de irregularidades na realização de uma partida. Com relação a isso, Dannyel Delgado irá demonstrar que se faz cabível, até mesmo, o ressarcimento por danos materiais decorrentes de irregularidades ocorridas nas competições:

A fundamentação para a reparação aos torcedores se encontra em dois dispositivos do Estatuto do Torcedor (Lei nº. 10.671/2003). A primeira justificativa, referente ao ressarcimento pelos danos materiais, tem respaldo no artigo 3º, em que há a equiparação da entidade responsável pela organização da competição esportiva aos fornecedores do Código do Consumidor, inferindo-se daí que há uma relação de consumo entre os torcedores e a CBF, esta é a responsável pela organização e promoção do Campeonato Brasileiro de Futebol e aqueles compraram o ingresso para assistir aos jogos. A segunda razão está no artigo 30] que preconiza que o torcedor tem direito a um árbitro imparcial e isento de pressões, mas como se sabe não foi garantido à transparência na organização do Campeonato Brasileiro 2005, também se violando o direito do consumidor a informação clara sobre a qualidade do serviço que lhe é prestado. De acordo o §2º do Artigo 18 do Código do Consumidor, o serviço é

³⁷ OLIVEIRA, Gustavo Viera de. **Das Disposições Gerais**. In: GOMES, Luis Flávio (Org.). **Estatuto do Torcedor comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

viciado quando ele se mostra inadequado para os fins que razoavelmente se espera dele.³⁸

Vê-se assim que, na forma da lei, não deveria haver obstáculos para a contestação das decisões do STJD pelo torcedor na Justiça Comum, uma vez que está observado o critério de esgotamento da via administrativa.

Porém, como já visto, a estipulação de punição aos clubes pelos regulamentos das competições nos casos de efetivação dessas hipóteses acabam por coagir os torcedores a não fazê-lo, interferindo diretamente na garantia de acesso à Justiça também nesses casos, interferindo não somente nos direitos dos clubes, mas, também, na esfera individual de direitos do torcedor.

³⁸ DELGADO, Dannyel Temóteo. **Análise do Estatuto do Torcedor** — Lei nº 10.671/03 sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor. João Pessoa: UFPB, 2014.

4 CASOS CONTROVERSOS ACERCA DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

A partir do que pode ser visto até aqui, verificou-se que a concretização do acesso à Justiça nas causas de Direito Desportivo no Brasil encontra um óbice nas determinações dos regulamentos das competições e das confederações por elas responsáveis, porém, tais obstáculos não estão em consonância com a garantia constitucional e, portanto, sobre ela não deveriam prevalecer.

Ocorre que, por vezes, não é esse o cenário observado nas decisões proferidas em casos concretos apresentados à Justiça Desportiva brasileira, de modo a exemplificar a existência de reais violações ao direito de acesso à Justiça, ou mesmo da própria natureza controversa dessas legislações, conforme pode-se atestar pela análise dos casos de grande repercussão, a exemplo da coação ao torcedor do Sport Club Internacional em 2005, quando se ameaçou com a perda de vaga em competição pela equipe em razão de ingresso pelo espectador na Justiça Comum; e da disputa jurídica entre os clubes Rio Branco FC e Treze da Paraíba acerca da expulsão do primeiro da competição devido à propositura de demanda na Justiça Comum.

4.1 A COAÇÃO AO TORCEDOR DO INTERNACIONAL/RS LEANDRO KONFLANZ POR TER INGRESSADO NA JUSTIÇA COMUM

Um dos casos mais repercutidos com relação a supostas irregularidades em decisões administrativas cometidas no âmbito da Justiça Desportiva brasileira é o caso da coação ao torcedor do Sport Club Internacional Leandro Konflanz, em que a equipe foi ameaçada de perder vaga em uma competição internacional em retaliação à propositura de ação pelo torcedor, na Justiça Comum, acerca de resultados ocorridos no Campeonato Brasileiro do ano de 2005³⁹.

O episódio ocorreu no mesmo ano de descoberta de um esquema de corrupção no Campeonato, conhecido como “Máfia do Apito”. Nessa ocasião, o então árbitro Edilson Pereira de Carvalho foi preso em ação promovida pela

³⁹ FARIA, Tiago Silveira de. **Lex FIFA**: Autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional. São Leopoldo: UNISINOS, 2016. p. 134.

Polícia Federal devido à manipulação de resultados contratados por casas de apostas.

Devido a tal fato ocorrido, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, à época presidido por Luiz Zveiter, anulou 11 partidas sob a alegação de interferências desse árbitro nos resultados, que tiveram que ser realizadas novamente. Foram elas: Vasco 0 x 1 Botafogo; Ponte Preta 1 x 0 São Paulo; Paysandu 1 x 2 Cruzeiro; Juventude 1 x 4 Figueirense; Santos 4 x 2 Corinthians; Vasco 2 x 1 Figueirense; Cruzeiro 4 x 1 Botafogo; Juventude 2 x 0; Internacional 3 x 2 Coritiba; São Paulo 3 x 2 Corinthians; Fluminense 3 x 0 Brasiense.⁴⁰

Com a nova realização das partidas e a mudança dos resultados, toda a classificação da competição à época foi alterada, resultando em melhora de posições para alguns clubes, como o Sport Club Corinthians Paulista, que recuperou pontos que outrora havia perdido nas partidas, e piora para outros.

Nesse contexto, o Corinthians acabou sagrando-se campeão àquele ano, ficando o Internacional em segundo lugar, com uma diferença de três pontos entre os clubes.

A decisão gerou muita polêmica na imprensa desportiva nacional, uma vez que não teria sido realizada uma análise da existência de efetivo prejuízo em cada jogo, mas somente foi realizada a anulação de todas as partidas nas quais participou o árbitro acusado. Os times prejudicados, portanto, entenderam que poderia não ter havido contaminação dos resultados em algumas dessas partidas e se sentiram lesados pela anulação dos resultados, pois a seu ver não havia a comprovação da manipulação.⁴¹

Inconformado com a decisão proferida pelo STJD, o torcedor do Internacional Leandro Konrad Konflanz ingressou na Justiça Comum pleiteando a anulação da decisão que cancelava as partidas apitadas por Edilson Pereira de Carvalho. Tal pedido foi atendido e foi proferida liminar pela juíza da 1ª Vara Cível de Porto Alegre, Munira Hanna, determinando a suspensão dos efeitos da decisão do STJD sobre as partidas anuladas e, em consequência, a anulação do título conquistado pelo Corinthians, pois, caso não houvesse as

⁴⁰ CARNEIRO, Thiago Rodrigo Alves. Entenda a **Virada de Mesa no Campeonato Brasileiro de 2005**. Sine loco: Viradademesa.com, 2013. Disponível em: <<http://viradademesa.com.br/entenda-virada-mesa-campeonato-brasileiro-2005/>>. Acesso em: 10/10/2017.

⁴¹ FARIA, Tiago Silveira de. **Lex FIFA**: Autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional. São Leopoldo: UNISINOS, 2016. p. 137.

repetições dos jogos, o clube paulista, que terminou a competição com 77 pontos, teria somado apenas 73, e o Internacional, segundo colocado, com 74 pontos, seria considerado o campeão do Campeonato Brasileiro daquele ano. Disse a juíza em sua liminar:

Os fatos narrados na inicial, embasados na prova juntada, levam ao convencimento de que ocorreram as irregularidades apontadas, através de decisão liminar e, enquanto não provado de forma efetiva, a prática de ato ilícito, não pode a decisão proferida pelo STJD ser mantida, por afronta aos art. 1º, inc. III e IV, 5º, II, V, X, XXVIII, XXXV, LV e 6º da Constituição Federal e os arts. 56, 259, parágrafo único, 241, II e 275 parágrafo único do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Em análise à decisão liminar proferida pelo Presidente do STJD, Dr. Zveiter, observo que seu fundamento foi pautado no "...Relatório elaborado pela Comissão Especial designada..." fl.88 e "...em depoimento prestado frente aos Promotores do Ministério Público de São Paulo, integrantes do GAECO...que por suas competências habilidades e celeridade proporcionaram o encerramento da apuração no âmbito da Justiça Desportiva no exíguo prazo de uma semana...", fl. 89, ou seja, sem que fosse possibilitada a produção de prova da prática do ato ilícito. [...] Em razão do exposto, DEFIRO o pedido liminar e CONCEDO a antecipação da tutela ao autor. DETERMINO a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Presidente do STJD, Dr. Luiz Zveiter e RESTABELEÇO a situação existente antes da decisão liminar proferida, pois afasto os efeitos que a decisão que o Presidente do STJD ocasionou, até decisão final na presente ação. [...]⁴²

A referida ação causou agitação entre a Confederação e os clubes envolvidos no campeonato. A existência de decisão judicial conflitante com a classificação final do campeonato fez com que a CBF notificasse a equipe acerca da possibilidade da aplicação de sanção ao clube em razão da ação intentada pelo torcedor que poderia significar desde a perda de vaga em competição internacional e até mesmo a expulsão do time do campeonato, nos termos do Regulamento do Brasileirão, em consonância com as normas da CBF e da FIFA.

Assim, a despeito da existência de decisão judicial favorável, a equipe acabou entrando em contato com o torcedor para pedir que requeresse a desistência da ação, a fim de não causar prejuízos ao Internacional, nos seguintes termos:

Prezado Torcedor Colorado: Sabemos de seu interesse em busca de seu direito como torcedor e de sua indignação com o tratamento que foi dado aos resultados de campo do Campeonato Brasileiro de

⁴² RIO GRANDE DO SUL. 1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre. **Processo 001/1.05.2429826-6**. Porto Alegre, 2015. p. 301-302.

Futebol de 2005. Contudo, respeitando seu direito subjetivo, apelamos para que desista da ação proposta, porquanto sofremos cogitações da administração do desporto, com amparo no art. 231 do CBJD, de iminentes sanções administrativas. Serve a presente, destarte, como notificação extra-judicial, a fim de que V.Sa. reflita e manifeste-se em consonância com os desejos do Clube.⁴³

Em vista do possível prejuízo sofrido pelo clube e o pedido da agremiação, o torcedor postulou desistência da ação, nestes termos:

[...] O autor ajuizou a presente demanda motivado: a) pelos princípios que constroem seu caráter, sua formação pessoal e profissional, pelas garantias constitucionais que o resguardam, pelos ideais de advogado que é e pela crença inabalável no Poder Judiciário e na efetiva distribuição da Justiça; b) pelos sentimentos de paixão e amor ao Sport Club Internacional, tradição de família. Em 07 de dezembro último, todavia, recebeu o Ofício anexo, encaminhado pelo Dr. Fernando Carvalho, Presidente do seu Clube, solicitando a desistência da ação, sob pena de ver o Internacional penalizando, ainda que injustamente, pela administração do futebol brasileiro. [...]. Assim, em virtude da coação a que exposto o Sport Club Internacional, requeiro: a desistência da ação [...].⁴⁴

Em entrevista divulgada pelo site Terra, o torcedor se mostrou contrariado e revelou que só retirou a ação para não prejudicar o seu time:

Foi uma decisão muito difícil desistir. Todas as ameaças que meu clube sofreu, o pedido do presidente (Fernando Carvalho) do Inter e também as punições que meu time estava passível de sofrer me motivaram.

Eu protestei através de um processo, juridicamente aconteceu a Justiça, através dos meios constitucionais obtive vitória, mas tive que recuar em razão de ameaças sujas da CBF e da Conmebol.⁴⁵

O proponente, que também é advogado, expressou sua frustração em ter que abrir mão de seu direito jurisdicional em vista das ameaças sofridas pelo clube:

[...] Sem dormir há uma semana e claramente abatido pela desistência, K. conta em entrevista exclusiva ao Terra Esportes como se sente ao ver a perda da força da Justiça brasileira e o medo de ver seu time do coração prejudicado por sua causa.

O que te motivou a desistir da ação, já que você estava saindo vitorioso?

⁴³ RIO GRANDE DO SUL. 1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre. Processo **001/1.05.2429826-6**. Porto Alegre, 2015. p. 513-514.

⁴⁴ RIO GRANDE DO SUL. 1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre. **Processo 001/1.05.2429826-6**. Porto Alegre, 2015. p. 513-514.

⁴⁵ PRADA, Rafael. Ameaças forçaram torcedor a desistir de ação. Sine loco: Portal Terra, 2005. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/brasileiro2005/interna/0,,OI790615-EI4847,00.html>>. Acesso em: 10/10/2017.

Foi uma decisão muito difícil de desistir. Todas as ameaças que meu clube sofreu, o pedido do presidente (Fernando Carvalho) do Inter e também as punições que meu time estava passível de sofrer me motivaram. [...] Essas ameaças que o Inter recebeu acabam esvaziando a lei do Estatuto do Torcedor, vira uma lei morta. [...] ⁴⁶

O ocorrido é um exemplo que mostra a coação moral ao torcedor para que o mesmo retire ação que moveu legitimamente. Houve, nesse caso, um cerceamento do direito de acesso à Justiça, pois, mesmo que o próprio torcedor não tenha sido impedido de ingressar com a ação, o mesmo foi obrigado a retirá-la para não ver seu clube sendo punido por uma ação sua.

Ademais do absurdo cometido pela Confederação Brasileira de Futebol que, em conjunto com o entendimento do STJD, obriga os clubes a ultrapassarem a exigência constitucional imposta pelo Art. 217, §1º e levarem suas demandas a uma corte arbitral internacional, não como uma opção, mas como uma obrigação, ao passo que esse é um requisito imposto pelas competições organizadas pela Entidade, também interferem no direito de ação do torcedor. Não é, pois, razoável pensar que regras de direito privado se sobreponham às normas constitucionais no que diz respeito ao direito dos clubes e, principalmente, no direito do torcedor, que não tem absolutamente nenhuma obrigação legal de seguir o regulamento do CBJD, mas se vê coagido a estar de acordo com o regulamento da FIFA para não ver sua equipe prejudicada.

4.2 DISPUTA ENTRE O RIO BRANCO/AC E O TREZE/PB ACERCA DE EXPULSÃO DE CLUBE POR UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA COMUM

Outro episódio que envolveu a problemática de acesso à justiça no Direito Desportivo foi a disputa protagonizada pelos clubes Treze Futebol Clube, da Paraíba, e Rio Branco Football Club, do Acre, acerca da expulsão do Clube de competição desportiva pela utilização indevida da Justiça Comum. No exemplo em questão, os Clubes e a CBF travaram uma batalha judicial acerca da aplicabilidade da sanção do art. 231 do CBJD e sua relativização pela Confederação, promovendo uma insegurança jurídica para os times e demonstrando a fragilidade da regulamentação atual nessa esfera.

⁴⁶ RIO GRANDE DO SUL. 1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre. **Processo 001/1.05.2429826-6**. Porto Alegre, 2015. p. 618.

O caso iniciou-se em 2011, quando o Rio Branco disputava a terceira divisão do Campeonato Brasileiro e o Treze, a quarta. À época foi determinada, pelo Ministério Público Estadual do Acre, a proibição de realização de jogos no Estádio da equipe acreana, o Estádio José de Melo. Entretanto, para pleitear a normalização das partidas no local, ao invés de utilizar-se da Justiça Especializada, o clube ingressou na Justiça Comum, juntamente à 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco a fim de obter essa autorização.⁴⁷

Nessa Ação, o Rio Branco conseguiu decisão liminar favorável, autorizando a realização das partidas no estádio, nos seguintes termos:

Ante ao exposto, verificados os pressupostos processuais específicos da ação cautelar, CONFIRMO a liminar de fls. 18/22 e JULGO PROCEDENTE a medida cautelar requerida, para autorizar a realização de jogos, com público, no Estádio Arena da Floresta, cujo mando de campo seja de equipes acreanas, desde que respeitada a capacidade máxima de 10.000 (dez mil) torcedores e a proibição de confecção de alimentos nas dependências da praça de jogos, assegurada a presença da Polícia Militar do Estado do Acre em número suficiente para zelar pela segurança dos torcedores presentes. Considerando o princípio da causalidade, condeno a parte Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 20, §3º, do CPC. Sentença não sujeita a reexame necessário. Translade-se cópia desta sentença para os autos da ação principal, após o seu trânsito em julgado. P.R.⁴⁸

Em razão desse ingresso, porém, o Araguaína Futebol e Regatas, do Tocantins, que, à época, também disputava a terceira divisão, entrou com ação perante a Justiça Desportiva pleiteando a imposição da sanção do art. 231 do CBJD ao Rio Branco, uma vez que ele teria se utilizado da via judicial para tratar de assuntos de mando de campo e autorização de jogos sem o esgotamento da instância administrativa, objetivando a exclusão desse clube do Campeonato, situação que salvaria o time tocantinense do rebaixamento.

Nesse feito, a Quarta Comissão Disciplinar do STJD proferiu decisão condenando o Rio Branco à eliminação do Campeonato em razão da infração

⁴⁷ GLOBOESPORTE.COM. **Rio Branco-AC é eliminado da Série C por recorrer à Justiça comum.** Rio de Janeiro: Globoesporte.com, 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-c/noticia/2011/09/rio-branco-ac-e-eliminado-da-serie-c-por-recorrer-justica-comum.html>>. Acesso em: 12/10/2017.

⁴⁸ GLOBOESPORTE.COM. **Rio Branco-AC é eliminado da Série C por recorrer à Justiça comum.** Rio de Janeiro: Globoesporte.com, 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-c/noticia/2011/09/rio-branco-ac-e-eliminado-da-serie-c-por-recorrer-justica-comum.html>>. Acesso em: 12/10/2017.

ao CBJD. Essa decisão foi noticiada pelo site oficial da Confederação Brasileira de Futebol, conforme esclarece a reportagem:

O Rio Branco/AC está fora da Série C do Campeonato Brasileiro. Por decisão unânime do STJD, tomada na tarde da última quinta-feira, a equipe acreana foi excluída da competição por infringir o artigo 231 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Por conta disso, a Diretoria de Competições da CBF definiu nesta sexta-feira que o Luverdense/MT, terceiro colocado na primeira fase, substituirá o Rio Branco/AC na segunda fase do Grupo E da Série C.⁴⁹

A decisão, entretanto, causou polêmica na imprensa nacional, questionando-se a legitimidade dessa sanção e a suposta afronta ao direito de acesso à Justiça do clube acreano, envolvendo, inclusive, manifestações impactantes de parlamentares e figuras públicas.⁵⁰

Em vista da repercussão gerada, o Estado do Acre, junto com o Rio Branco, promoveram ação declaratória de nulidade contra a decisão do STJD, que culminou em acordo pactuando que se o Rio Branco desistisse da ação impetrada na Justiça Comum, seria reintegrado ao Campeonato, o que foi realizado.⁵¹

Diante desse acordo, entretanto, o Treze sentiu-se prejudicado, por entender que a CBF estaria relativizando a observância das regras do CBJD segundo seus interesses, uma vez que entendeu que o Rio Branco realmente deveria ser eliminado, pois ingressou na Justiça Comum para discussão de matéria desportiva.

A equipe paraibana tinha interesse na manutenção da eliminação do time acreano, pois havia se classificado em 5ª posição na quarta divisão naquele ano e ascenderia de série para ocupar a vaga deixada pelo Rio Branco.

Em razão disso, o Treze resolveu contestar o acordo promovido com a CBF e o STJD, entrando com ação na 1ª Vara Cível da Comarca de Campina

⁴⁹ CBF. **Rio Branco/AC excluído da Série C.** Sine loco: CBF, 2011. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/noticias/campeonato-brasileiro-serie-c/rio-brancoac-excluido-da-serie-c#.WeVxKo9SziW>>. Acesso em: 12/10/2017.

⁵⁰ SENADO NOTÍCIAS. **Anibal Diniz informa que time de futebol do Acre desistiu de ação para se manter na Série C.** Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/10/26/anibal-diniz-informa-que-time-de-futebol-do-acre-desistiu-de-acao-para-se-manter-na-serie-c>>. Acesso em: 12/10/2017.

⁵¹ JUSBRASIL. **Justiça concede liminar que determina retorno do Rio Branco Football Club à série "C".** Sine loco: Jusbrasil.com.br, 2012. Disponível em: <<https://tj-ac.jusbrasil.com.br/noticias/3135153/justica-concede-liminar-que-determina-retorno-do-rio-branco-football-club-a-serie-c>>. Acesso em: 13/10/2017.

Grande contestando a legalidade do acordo firmado e pleiteando a recuperação de sua vaga.

No feito foi proferida decisão liminar que acatou os pedidos da equipe paraibana e reconheceu o seu direito de estar no Campeonato Brasileiro da Série C do ano de 2012. O site “globoesporte.com” divulgou trecho da liminar, que segue:

O Treze Futebol Clube foi o 5º colocado do Campeonato Brasileiro da Série D, versão 2011, como consequência, é legitimado a ser contemplado, a título de ascensão, a vaga deixada pelo Rio Branco do Acre, em razão de sua exclusão pela Comissão, decisão refendada pelo Pleno do STJD.

A não prestação imediatada, da tutela jurisdicional invocada, acarretará, com certeza, prejuízos financeiros evidentes à equipe do Treze Futebol Clube, porquanto não receberia as verbas destinadas aos clubes participantes da terceira divisão do certame nacional, bem como os lucros auferidos, com as rendas de bilheteria.

Em caso de descumprimento desta decisão, fixo uma multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser suportada, solidariamente, pelos promovidos Confederação Brasileira de Futebol; Federação Paraibana de Futebol e Rio Branco Football Club, limitando-a ao patamar de R\$ 2.488.000,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil reais), referente ao prejuízo estimado.⁵²

O clube acreano, por sua vez, postulou novamente na Justiça, obtendo liminar, desta vez para determinar a manutenção do clube na Série C do Campeonato Brasileiro daquele ano. Segundo o site Jus Brasil, o Magistrado entendeu ser devida a observância do acordo firmado:

De acordo com o magistrado, presume-se que o acordo extrajudicial entre as partes juntado aos autos foi celebrado de boa fé, objetivando minorar os prejuízos financeiros decorrentes da eliminação precoce do time acreano e evitar a permanência de litígio judicial que afete todas as outras agremiações que participam da competição. Por esses motivos, ele decidiu favoravelmente à antecipação da tutela e ao retorno do Rio Branco Football Club à série C do campeonato brasileiro, estabelecendo multa diária de R\$ 50 mil até um limite máximo de R\$ 500 mil.⁵³

⁵² BATISTA, Silas; CALDAS, Phelipe. **Juíza de Campina Grande concede liminar que coloca o Treze na Série C.** João Pessoa: Globoesporte.com, 2012. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/pb/noticia/2012/05/juiza-de-campina-grande-concede-liminar-que-coloca-o-treze-na-serie-c.html>>. Acesso em: 13/10/2017.

⁵³ JUSBRASIL. **Justiça concede liminar que determina retorno do Rio Branco Football Club à série "C".** Sine loco: Jusbrasil.com.br, 2012. Disponível em: <<https://tj-ac.jusbrasil.com.br/noticias/3135153/justica-concede-liminar-que-determina-retorno-do-rio-branco-football-club-a-serie-c>>. Acesso em: 13/10/2017.

Ainda com relação a essa situação, o Araguaína, do Tocantins, também se sentiu no direito de ingressar com ação na Justiça Comum, também visando à manutenção da eliminação do Rio Branco já que, com isso, não seria rebaixado de divisão e poderia disputar novamente a Série C no ano subsequente. O clube entrou com ação junto à 1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos de Araguaína-TO e obteve liminar favorável, determinando que a equipe tocantinense teria o direito à vaga por entender devida a eliminação do clube do Acre.

Em vista da pluralidade de demandas conflitantes acerca do mesmo objeto, foi incitado conflito de competência junto ao Superior Tribunal de Justiça a fim de solucionar a incompatibilidade entre as ações intentadas pelo Treze, Araguaína e Rio Branco, opostas nas comarcas de seus respectivos domicílios. Nesse incidente, a CBF alegou que as liminares conseguidas pelos dois primeiros clubes a obrigavam a desconsiderar o acordo firmado, enquanto a decisão conseguida pelo último determinava à CBF o cumprimento de tal acordo.

Por decisão do STJ, em razão da identidade na causa de pedir entre as Ações, prevaleceu o feito distribuído por primeiro, que foi a ação impetrada pelo Treze.

Essa disputa judicial arrastou-se por cerca de um ano, chegando a prejudicar a realização do campeonato de 2012, que foi paralisado e contou com a participação do Treze, mas não a do Rio Branco, em razão dos conflitos de decisões judiciais.

Por fim, a pendenga chegou ao fim no âmbito do Supremo Tribunal Federal, onde foi realizado um novo acordo, homologado pelo Ministro Luiz Fux, onde ficou consignado que tanto Treze como Rio Branco disputariam a competição no ano de 2013, passando o Campeonato a contar com 21 equipes ao invés das usuais 20, com a ressalva de que cinco times seriam rebaixados ao fim do ano. Segue a decisão, que findou a discussão de mérito:

Realizada a audiência, foi apresentado, para os fins de homologação, um texto de acordo extrajudicial firmado pelas partes deste feito no âmbito administrativo, cuja juntada ora se defere, tendo a parte Treze Futebol Clube discordado unicamente das razões insertas no considerando “i”, o que não compromete a aceitação do acordo. Em razão do encerramento do litígio, decorrente de uma composição administrativa, **julgo extinto o processo com resolução do mérito**, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil, oficiando-se aos juízos em que tramitam as ações envolvendo as

partes, a fim de que elas sejam extintas com resolução do mérito. (grifo nosso)⁵⁴

Toda essa situação, vê-se, só demonstra a fragilidade da Legislação Desportiva Brasileira que, por vezes, acaba sendo flexibilizada em virtude de interesses da Confederação Brasileira de Futebol. A CBF, temendo ser punida pela FIFA, encontra meios extrajudiciais para fazer com que os clubes e torcedores desistam de suas ações na Justiça Comum, seja por meio de ameaças de sanção ou pela feitura de acordos. Essa situação, ademais de imoral, é uma clara tentativa de obstaculização do acesso à Justiça, que vai para além dos moldes descritos pela Constituição Federal, em seu Art. 217, § 1º.

Os clubes e torcedores não podem ficar a mercê das vontades de uma entidade privada que, ao seu gosto, aplica ou flexibiliza as normas por ela mesma impostas.

No momento em que as decisões firmadas pelo STJD e os regulamentos impostos pela própria Confederação acerca das consequências aplicáveis ante a iniciação de processo judicial são contrariadas e manipuladas pela própria CBF, os clubes e interessados não mais gozam de qualquer segurança jurídica de que essas normas serão observadas com justeza e isonomia, o que não se pode admitir, pois, assim sendo, retira-se do Estado o poder de julgar e entrega-se o mesmo a um particular, violando, assim, o disposto no Art. 5º, XXXV da Constituição Federal.

⁵⁴ STF. **Rcl. 14247 DF**. Relator Min Luiz Fux. Brasília: STF, 2013. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23342508/reclamacao-rcl-14247-df-stf>>. Acesso em: 13/10/2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte é uma paixão presente na vida dos brasileiros, sendo ele o responsável por promover o lazer, ajudar na manutenção da saúde e por mexer com a paixão de milhões de pessoas. Mas, para além da mera prática de atividade física, as competições desportivas representam um diferente campo de relações sociais que se revestem de cunho jurídico uma vez que abarcam diversas expectativas e interesses relevantes para a esfera jurisdicional dos clubes, torcedores e outros interessados.

Em razão disso, surge a necessidade do ordenamento jurídico nacional disciplinar o desenvolvimento dessas atividades de modo a garantir não somente a observância da legalidade, conferindo segurança jurídica aos envolvidos, mas também verificando a compatibilidade dessas regras específicas em face das garantias primordiais do nosso Direito, como é o caso do acesso à Justiça.

A partir da análise da conexão entre o desporto e o direito de acesso à Justiça à luz da Constituição realizada ao início do trabalho, foi possível perceber que essa garantia vem sendo ameaçada ante a operação do aparelho da Justiça Desportiva no Brasil em consonância com as disposições particulares da CBF e da FIFA, que impõem obstáculos excessivos e inconstitucionais aos clubes para a solução jurisdicional de conflitos que, por vezes, chegam a cercear, por completo, o direito de acesso à justiça dos interessados.

Para demonstrar a extensão desses obstáculos, portanto, foi possível verificar, através do estudo acerca do *modus operandi* da Justiça Desportiva no Brasil que, de acordo com a previsão constitucional encartada no art. 217, §1º e as instâncias nacionais previstas na legislação ordinária que o acesso à Justiça não foi vetado às causas de Direito Desportivo, tão somente foi imposto que as mesmas fossem apreciadas previamente pelas instâncias administrativas.

Entretanto, ao se verificar a interpretação de esgotamento de instâncias consoante reconhecido no âmbito do STJD e da regulação da CBF, a partir da instituição de sanções e coação aos ingressantes na via jurisdicional comum — como é imposto até mesmo aos torcedores, que não estão sob a égide de nenhum regulamento —, ou até, de maneira mais grave, impondo a utilização

de vias arbitrais supranacionais e irrecorríveis para a solução de demandas, vê-se que, no Brasil, no que diz respeito, especialmente, às competições de futebol a garantia constitucional de acesso à Justiça vem sendo completamente renegada e desrespeitada, de modo que a legislação vigente está sendo prescindida ante a observância de regras privadas manifestamente inconstitucionais.

Dessa forma, conclui-se que as punições impostas pela Confederação Brasileira de Futebol aos clubes que desejem pleitear na Justiça Comum causas de Direito Desportivo, após respeitadas as condições constitucionais, é ilegal, uma vez que os clubes não podem ser obrigados a abrir mão do direito de acesso à Justiça para que assim se adéquem ao regramento de uma entidade privada, no caso a FIFA. O uso da arbitragem, por exemplo, antes de tudo pressupõe uma faculdade e não uma obrigação, sendo impertinente que seja utilizada como requisito para ingresso numa competição a aceitação do Tribunal Arbitral do Esporte como última corte da Justiça Desportiva.

Ademais desse fato, as punições impostas aos clubes em virtude de seus torcedores terem pleiteado na Justiça Comum, é um cerceamento velado do direito de ação, pois obriga o consumidor esportivo a desistir da ação para não ver sua equipe prejudicada.

A postura adotada pela CBF, encontrando concordância com o entendimento do STJD, cria um precedente perigoso, pois faz com que o Direito Privado se sobreponha à própria Constituição da República Federativa do Brasil, o que é não apenas desrespeitar o direito de acesso à Justiça de um determinado grupo de pessoas, como uma afronta à soberania nacional que tem na sua Constituição os princípios e limites que norteiam o ordenamento jurídico de seu país.

Conforme se verificou pelo estudo dos casos em concreto, a imposição desses óbices já vem gerando insegurança jurídica e, até mesmo, coações aos particulares. entretanto, ainda não houve uma discussão rigorosa sobre o tema, de modo que essas situações podem se perpetuar ante o menosprezo desse tão importante tema pelas autoridades competentes.

Com isso, buscou-se contribuir para a reflexão acerca da necessidade de compatibilização dessas regras, que vem sendo relegadas pela doutrina especializada, com o intuito de questionar e, até mesmo, buscar coibir que as violações de acesso à Justiça continuem a existir na seara desportiva e que

não sejam disseminados precedentes para que tal violação venha a acontecer nas demais áreas das relações humanas tuteladas pelo Direito.

Não existe direito que seja indigno de apreciação pelo Judiciário. Assim, é preciso entender e valorizar as demandas concernentes à esfera desportiva, para que sejam tratadas com a devida justeza e segurança jurídica, de modo a ampliar a jurisdição oferecida ao cidadão em suas atividades, e não restringir a atuação da proteção do Judiciário, sob pena de caracterizar-se um retrocesso que, ao passo que possa parecer menos relevante para aqueles que não se debruçam sobre esse estudo, acaba por atingir uma das mais importantes e básicas garantias da nossa República, que é acesso à Justiça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Fernando do Vale de. **Aspectos práticos da arbitragem**. São Paulo: QuatierLatin, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BATISTA, Silas; CALDAS, Phelipe. **Juíza de Campina Grande concede liminar que coloca o Treze na Série C**. João Pessoa: Globoesporte.com, 2012. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/pb/noticia/2012/05/juiza-de-campina-grande-concede-liminar-que-coloca-o-treze-na-serie-c.html>>. Acesso em: 13/10/2017.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

_____. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva**. IBDD Instituto Brasileiro de Direito Desportivo. São Paulo: IOB, 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/cejd/arquivos/CBJD09032015.pdf>>. Acesso em: 09/10/2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 08/10/2017.

_____. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 06/10/2017.

_____. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 04/10/2017.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 06/10/2017.

_____. **Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 06/10/2017.

CARNEIRO, Thiago Rodrigo Alves. **Entenda a Virada de Mesa no Campeonato Brasileiro de 2005.** Sine loco: Viradademesa.com, 2013. Disponível em: <<http://viradademesa.com.br/entenda-virada-mesa-campeonato-brasileiro-2005/>>. Acesso em: 10/10/2017.

CBF. **Rio Branco/AC excluído da Série C.** Sine loco: CBF, 2011. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/noticias/campeonato-brasileiro-serie-c/rio-brancoac-excluido-da-serie-c#.WeVxKo9SziW>>. Acesso em: 12/10/2017.

CIOLAC, Emmanuel Gomes; GUIMARÃES, Guilherme Veiga. **Exercício físico e síndrome metabólica.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. Niterói, Volume 10, nº 4, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922004000400009>. Acesso em: 08/10/2017.

DELGADO, Danyel Temóteo. **Análise do Estatuto do Torcedor — Lei nº 10.671/03 sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor.** João Pessoa: UFPB, 2014.

FARIA, Tiago Silveira de. **Lex FIFA: Autonomia e poder de uma ordem jurídica transnacional.** São Leopoldo: UNISINOS, 2016.

FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. **Comentários à Constituição brasileira de 1988.** Volume 2. 2ª ed. Atualizada e reformulada. São Paulo: Saraiva, 1999.

FIDA, Pedro. **O Tribunal Arbitral do Esporte (TAS): um breve guia para advogados.** São Paulo: Revista do Advogado, 2014.

FIFA. **Estatutos de la FIFA**. Zurique: FIFA, 2013. Disponível em: <https://resources.fifa.com/mm/document/affederation/generic/02/14/97/88/fifas_tatuten2013_s_spanish.pdf>. Acesso em: 06/10/2017.

GLOBOESPORTE.COM. **Rio Branco-AC é eliminado da Série C por recorrer à Justiça Comum**. Rio de Janeiro: Globoesporte.com, 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-c/noticia/2011/09/rio-branco-ac-e-eliminado-da-serie-c-por-recorrer-justica-comum.html>>. Acesso em: 12/10/2017.

GRINOVER, Ada Pellegrini; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GUASQUE, Luiz Fabião. **Direito Público**: temas polêmicos. Sine loco: Freitas Bastos, 1997.

JORDÃO, Milton. **Comentários ao Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003)**. Milton Jordão, Gustavo Pires de Souza. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

JUSBRASIL. **Justiça concede liminar que determina retorno do Rio Branco Football Club à série "C"**. Sine loco: Jusbrasil.com.br, 2012. Disponível em: <<https://tj-ac.jusbrasil.com.br/noticias/3135153/justica-concede-liminar-que-determina-retorno-do-rio-branco-football-club-a-serie-c>>. Acesso em: 13/10/2017.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. 20ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NOBRE, Raphael. **Europa prova que torcedores são os grandes 'clientes' do futebol e geram muita receita quando mercado é bem explorado**. Sine Loco: Goal Brasil, 2016. Disponível em:

<<http://www.goal.com/br/news/619/especiais/2016/06/10/24444332/futebol-paix%C3%A3o-e-neg%C3%B3cio>>. Acesso em: 06/10/2017.

OLIVEIRA, Gustavo Viera de. **Das Disposições Gerais**. In: GOMES, Luis Flávio (Org.). **Estatuto do Torcedor comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

PERRY, Valed, **Direito Desportivo** “Temas”, CBF, Rio de Janeiro, 1981.

PRADA, Rafael. **Ameaças forçaram torcedor a desistir de ação**. Sine loco: Portal Terra, 2005. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/brasileiro2005/interna/0,,OI790615-EI4847,00.html>>. Acesso em: 10/10/2017.

RIO GRANDE DO SUL. 1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre. **Processo 001/1.05.2429826-6**. Porto Alegre, 2015.

SCHMITT, Paulo Marcos. **Organização e competência da Justiça Desportiva**. In: MINISTÉRIO do Esporte. Código Brasileiro de Justiça Desportiva: comentários e legislação. Brasília: Assessoria de comunicação social, 2004.

SCHMITT, Paulo Marcos; QUADROS. Alexandre Hellender de. **Justiça Desportiva vs. Poder Judiciário**: um conflito aparente. Revista Brasileira de Direito Desportivo. n. 4, p. 168-193, segundo semestre. 2003.

SENADO NOTÍCIAS. **Anibal Diniz informa que time de futebol do Acre desistiu de ação para se manter na Série C**. Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/10/26/anibal-diniz-informa-que-time-de-futebol-do-acre-desistiu-de-acao-para-se-manter-na-serie-c>>. Acesso em: 12/10/2017.

SOUZA, Eduardo de. **Paulo Schmitt: 'Clubes só devem ir à Justiça Comum após acionar o TAS'**. Rio de Janeiro: globoesporte.com, 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2014/01/paulo-schmitt-clubes-so-devem-ir-justica-comum-apos-acionar-o-tas.html>>. Acesso em: 04/10/2017

STF. **Rcl. 14247 DF**. Relator Min Luiz Fux. Brasília: STF, 2013. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23342508/reclamacao-rcl-14247-df-stf>>. Acesso em: 13/10/2017.

STJD. **Regimento Interno**. Rio de Janeiro: Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Disponível em: <https://cdn.cbf.com.br/content/201608/20160803152028_0.pdf> . Acesso em 04/10/2017.